

MIDIATIVISMO: AS REDES SOCIAIS NO MOVIMENTO BRASILEIRO

Caroline de Aquino do Amaral*

Arnaldo Telles Ferreira**

Resumo

Com o presente trabalho, pretendemos identificar e caracterizar algumas práticas de midiativismo do grupo Anonymous no movimento social brasileiro ocorrido no ano 2013. A reivindicação que começou com o Movimento Passe Livre, pelo reajuste da tarifa do transporte urbano, alastrou-se pelo País e desencadeou manifestações por dezenas de insatisfações da população que saiu de casa para ocupar as ruas e avenidas brasileiras. Primeiramente avaliaremos alguns conceitos e dimensões que cercam os movimentos sociais contemporâneos, bem como o significado do termo mídia tática. Também faremos um contraponto do uso dos mecanismos tradicionais e dos novos mecanismos de comunicação pelos ativistas. E, por último, caracterizaremos rapidamente o movimento brasileiro e identificaremos algumas ferramentas que o Anonymous utilizou para legitimar suas causas.

Palavras-chave: Movimento social. Sociedade em rede. Mídia tática. Anonymous Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais literalmente vêm tomando os espaços públicos e midiáticos nas últimas décadas. A exemplo recente têm-se as diversas manifestações que vêm ocorrendo no cenário brasileiro, as quais tomaram as ruas e, diga-se de passagem, as redes sociais. Essas iniciativas civis expandiram-se formidavelmente (FERNANDES, 2002). Cabe avaliar alguns recortes que envolvem o assunto. Para isso, avaliamos o conceito do termo sociedade civil, tão difundido dentro desse contexto. Posteriormente, percorremos algumas possíveis motivações históricas que contribuem para a formação desses grupos, que reivindicam e clamam por melhorias em suas vidas. Também, debruçamo-nos sobre alguns conceitos e dimensões que cercam os movimentos contemporâneos, da *sociedade em rede* de Castells até as variadas nomenclaturas que receberam, como *movimento dos movimentos*, *movimento antiglobalização*, entre outros. Tentamos caracterizar esses novos movimentos e entender como eles se formam; fizemos um contraponto sobre as possibilidades inferidas pelos meios de comunicação tradicionais (*mass media*) e os novos mecanismos (Internet e redes sociais) para estes grupos, percorremos os caminhos da mídia tática e trouxemos à tona a contribuição pós-surgimento da *Web 2.0*. Então, brevemente caracterizamos o movimento brasileiro e trouxemos um estudo de caso envolvendo o grupo ativista, midiativista ou hackerativista Anonymous Brasil.

* Estudante de Comunicação Social Universidade do Oeste de Santa Catarina; caroline.amaral@unoesc.edu.br

** Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Administração, com área de concentração em Gestão de Negócios e Marketing pela FAE Business School de Curitiba; Professor dos Cursos de Comunicação Social; arnaldo.ferreira@unoesc.edu.br

Tudo isso a fim de avaliar o uso das redes sociais pelo grupo e a dimensão das possibilidades que a Internet proporcionou.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS E DIMENSÕES

O termo sociedade civil¹ é utilizado para definir algumas formas de organização de indivíduos comuns, mas que unidos, formam correntes de força cidadã, no esforço de trazer representatividade social.

Não apenas isso, Oliveira e Haddad (2001, p. 62) vão mais além, acreditam que sociedade civil: “[...] corresponde à população de cidadãos, ou esfera privada, e abrange suas variadas formas de organização e expressão – com ou sem fins lucrativos, podendo ser legalmente constituídas ou espontâneas e informais.” Para nos situar, grupos de mútua-ajuda, grupos de voluntários, associações de bairro, grupos e associações comunitárias, organizações não governamentais (ONGs), organizações de defesa da cidadania, entre outras, são exemplos dessas formas de organização (SCHERER-WARREN, 2003, p. 30).

No Brasil, principalmente em meados dos anos 1970, as insatisfações não somente já existiam como se intensificaram pela ditadura. E mesmo longe aos olhos militares, tomaram espaço algumas ações organizacionais da população insatisfeita. Por exemplo, a ideia de comunidade foi estimulada principalmente pela Igreja Católica, que nessa época também se sentia desapoderada diante da força do regime militar (FERNANDES, 2002, p. 34).

Existem algumas motivações históricas e sociais, que, de certa forma, impulsionam a formação desses grupos. É impossível elencar razões concretas, absolutas, até porque são muitas e em constante evolução. À medida que foram surgindo diversos grupos e causas, as possibilidades se ampliaram muito. Mas existem dois fatos que não se pode deixar de avaliar.

Após os processos de globalização e a adoção de políticas neoliberais, as reformas Estatais passaram a acontecer em países como o nosso. Em consequência, os Estados perderam autonomia. Influências externas foram impondo condições mercadológicas, políticas e econômicas. Ianni (1997, p. 3) enfatiza que:

Também no campo dos transportes, habitação, saúde, educação e meio ambiente cresceram muito as sugestões, os estímulos, as orientações, os financiamentos e as imposições de organizações multilaterais, dentre as quais destacam-se o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Bird). Sem esquecer que, muitas vezes, as diretrizes dessas organizações articulam-se com os interesses das corporações transnacionais ou dos países dominantes no âmbito do capitalismo.

Por conseguinte, segundo Fernandes (2002, p. 16), “[...] se as empresas acostumam-se com as escalas multinacionais, se os governos gestam mecanismos de negociação e sansão globais, urge internacionalizar os instrumentos de participação cidadã [...]”

Por isso os atores sociais dos países de Estados enfraquecidos, tendo como pano de fundo a democracia, vêm procurando espaços para defender suas necessidades e atuar na política, mesmo que de uma forma alternativa.

Sobre isso Ianni (1997, p. 3, grifo do autor) afirmou:

Ao intensificarem e generalizarem as injunções “externas”, as condições e as possibilidades da soberania alteram-se, redefinem-se e também reduzem-se. Se cresce a importância das injunções “externas”, configurando a dinâmica da globalização, pode reduzir-se a importância das forças sociais “internas”, no que se refere à organização e às diretrizes do poder estatal. Daí o hiato crescente entre a sociedade civil e o Estado.

Além dessa perda de autonomia do Estado, o exacerbado crescimento populacional em países da América Latina, que em números foi de 210 para 450 milhões no período de 1960 e 1990, provocou situações caóticas nas cidades. Obviamente, faltou estrutura suficiente para aguentar tais aumentos, dando vazão a problemas de transporte, moradia, segurança, etc. Conseqüentemente, surgem insatisfações que os cidadãos comuns da esfera pública necessitam expor, falar ou simplesmente manifestar na tentativa de mudar a realidade à sua volta (FERNANDES, 2002, p. 44).

Então coletivos, associações, organizações, agremiações, entre outros foram crescendo, e à medida que se inter-relacionam as ações desses tantos grupos, eles já não se limitam mais a um país ou região. E é aí que pensamos em movimentos sociais.

A autora Scherer-Warren (2003, p. 30) cita que,

Podemos começar a falar de movimentos sociais quando começam a surgir práticas de lutas pela cidadania que transcendem as reivindicações específicas, particularizadas, de cada associação. O movimento social transcende a prática localizada e temporal de uma organização. Quando começam a se formar redes que articulam um conjunto de organizações e sujeitos podemos falar sobre a existência de movimento social.

Considerando alguns modelos de movimentos sociais, pode-se pegar o movimento ecológico. Ele é um combinado de práticas e valores que transcendem os grupos de ecologistas ou as ONGs. Assim como o Movimento Sem Terra (MST) no Brasil, existem os acampamentos, assentamentos, organizações, ONGs de referência, todos eles conectados, formando redes, formando o movimento social (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113-114).

Mas definir precisamente um movimento social não é o que se pretende. É complexo demais, são inúmeras as questões e os grupos que se organizam. Inclusive as nomenclaturas já são incontáveis para os movimentos contemporâneos; há quem chame de *movimento dos movimentos*, *movimento antiglobalização*, *movimento altermundialista*. (LOVINK, 2011, p. 276).

Porém, existe uma questão-chave atualmente compartilhada entre todos os movimentos de grande visibilidade, do Egito a Nova York, que diz respeito à forma de interagir dos cidadãos. O uso de novos mecanismos comunicacionais está se fazendo presente, capacitando indivíduos a

articulem ações coletivas, mobilizando centenas, milhares e milhões de pessoas. Uma organização exemplar, uma organização em rede.

3 ORGANIZAÇÃO EM REDE

Fazemos parte de uma sociedade organizada em rede. Nossas relações estão cada vez mais conectadas. Castells (2013, p. 11), como sociólogo atento que é, afirmou: “[...] os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais.”

Nessa organização da sociedade em rede o ponto crucial é a comunicação. Para Castells (1999), estamos vivendo a era da informação. Ele fala em “informacionalismo”, fazendo uma alusão ao “industrialismo”, justamente porque se presencia uma grande revolução, assim como foi a industrial. Só que agora é o desenvolvimento tecnológico e o conhecimento obtido por meio dele que estão revolucionando.

O uso da tecnologia, aliado às formas de ação atuais dos movimentos sociais, veio para somar e fortificar a ideia de rede (GIDDENS, 2005, p. 357-358).

Há poucos anos, duas das mais influentes forças das recentes sociedades modernas – a tecnologia da informação e os movimentos sociais – uniram-se, produzindo resultados surpreendentes. Nesta era da informação em que vivemos, os movimentos sociais espalhados pelo globo conseguem se unir em imensas redes regionais e internacionais que abrangem organizações não-governamentais, grupos religiosos e humanitários, associações que lutam pelos direitos humanos, defensores dos direitos de proteção ao consumidor, ativistas ambientais e outros que agem em defesa do interesse público.

Justamente, traremos uma rápida conceituação dos mecanismos tradicionais de comunicação – *mass media*, fazendo contraponto com os novos mecanismos – *web*, no campo dos movimentos sociais.

4 OS MECANISMOS TRADICIONAIS (MASS MEDIA)

Já parou para pensar quem são e como se organizam os proprietários da mídia? A mídia impressa, como revistas, jornais, livros, etc. são, em geral, empresas privadas que possuem donos. E, mesmo que esses donos ou autores prezem pela neutralidade ou apartidarismo, somente o fato de optarem por uma matéria, notícia ou vertente científica já é, de certa forma, uma orientação desejada e manipulada (GUARESCHI, 2009, p. 69).

O surgimento do rádio, da TV e de outras mídias é algo positivo nas sociedades, pois estas são inovações técnicas, que possibilitam intercâmbios diversificados. Mas, infelizmente, *diversidade* é uma palavra incoerente à realidade que vivemos no âmbito dos meios de comunicação de massa no Brasil. Para Herz, Osório e Gørgen (2002, p. 17):

Ao longo de quase quatro décadas, enquanto expandiam-se País à dentro, com a patriótica missão que lhes foi atribuída, as redes de TV aberta também forjaram um mapa do Brasil baseado nos interesses políticos, e comerciais privados dos seus proprietários. Células desses interesses foram disseminadas em cada recanto do País sob a forma de grupos afiliados às redes. O resultado foi a criação de um Brasil refém de grandes empresas de mídia, imunes a qualquer forma de controle público, comandadas de forma vertical e sustentadas em alianças regionais que reproduzem e amplificam ideias, concepções e valores para 170 milhões de habitantes.

Esses poucos, muitas vezes, são parte (ou pelo menos defendem) dos interesses das elites empresariais e de políticos que acabam formando um conglomerado de ideologias que favorecem a eles próprios (HERZ; OSÓRIO; GÖRGEN, 2002, p. 17). Guareschi (2007, p. 125-126), em uma de suas obras, também nos conta a respeito:

Caso brasileiro registra uma escandalosa concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos. Dados da Federação Nacional dos Jornalistas (1991, p. 16) revela que nove famílias (Marinho, Bloch, Santos, Saad, Frias, Mesquita, Levy, Civita e Nascimento Brito) controlam cerca de 90% de tudo o que os brasileiros lêem, ouvem e vêem pelos meios de comunicação social. O que acontece no país e, em parte, uma continuação do que aconteceu com as capitânias hereditárias no início de nossa colonização: o Brasil foi loteado entre algumas famílias e, em sua estruturação histórica, essa concentração ainda se mantém. Venício Lima (2004) traça essa história, mostrando que o que existe hoje são enormes latifúndios midiáticos nas mãos de algumas famílias.

Além disso, os conteúdos transmitidos nem sempre apoiam manifestações artísticas, pluralidades regionais e outros tipos de produção nacional. O que se percebe é que o espaço público midiático dos meios de comunicação tradicionais é feito de forma unilateral, isto é, sempre estarão por trás interesses particulares dos donos das concessões, amigos deles, políticos, maçons, etc. Por mais que se preze pela neutralidade da informação, da ética, pode-se usar estratégias para beneficiar uns e outros, ocultar acontecimentos ou dar maior ênfase à outra notícia para tentar abafar alguns fatos.

5 OS NOVOS MECANISMOS (WEB E REDES SOCIAIS)

O avanço da tecnologia propiciou que o termo *mídia táctica* fosse utilizado na sociedade contemporânea e está relacionada às formas de utilização dos novos mecanismos de comunicação. Como disse Lovink (2011, p. 277, grifo do autor): “O termo mídia táctica surgiu na esteira da queda do Muro de Berlim como uma onda de renascimento do midiativismo,³ em que se misturou o trabalho político da velha escola, engajamento dos artistas, com as novas tecnologias.”

Ou seja, quando algumas mídias começam a ser controladas por cidadãos comuns – jornais alternativos, vídeos, DVDs, etc. – como sintetizou Lovink (2011, p. 277), esses dispositivos “[...] não mais faziam parte de um circuito fechado e identitário.” É justamente esse o ponto, concretizaram-se sistemas comunicacionais horizontalizados, não mais dependentes de um ponto de vista produzido

por elites dominantes, políticos, etc., isso já consentia uma vitória para muitos estudiosos, e os movimentos sociais incorporaram tal novidade.

Com a internet isso se intensificou. Ela revolucionou a forma de relação interpessoal dos seres humanos, que agora têm mais fácil acesso a grupos, pessoas, organizações, entidades, mercadorias, serviços, entre outras coisas.

A Internet, de certa forma, é uma fonte de democratização da informação nas sociedades, no sentido de uma grande massa poder produzir, dar resposta e escolher conteúdos que lhe interessam. Por outro lado, ela não pode ser entendida como a solução de todos os problemas comunicacionais, na realidade, está muito longe disso. As técnicas foram melhoradas, amplia-se a propagação da informação, como acentuou Wolton (2007, p. 134, grifo do autor): “[...] as técnicas não bastam para criar a comunicação.”

Isto é, existirem técnicas não é suficiente para incidir maior comunicação na sociedade. “Enfim, a multiconexão não é por si só um projeto de comunicação, e um grande número de transmissões não acarreta forçosamente uma maior comunicação.” (WOLTON, 2007, p. 134, grifo do autor).

Então, o que o autor validamente advertiu é que muita coisa que circula na *web* não é informação totalmente segura, que o fato de alguns teóricos tratarem as novas tecnologias como algo místico, como a solução de todos os males, é um tanto duvidoso (WOLTON, 2007).

Com certeza, dentro de um contexto como o dos movimentos sociais, o uso das novas mídias é uma ótima possibilidade para suas realizações. A tecnologia, abrindo portas para a sociedade civil, organizar-se, e é assim que devemos tratá-la, como uma possibilidade. Como assinalou Castells (2002, p. 203-204 apud RÜDIGER 2011, p. 141):

A internet não é um instrumento de liberdade, mas também não é uma arma a serviço de uma dominação unilateral [...] A comunicação em rede não pode ser vista como sucedâneo da mudança social ou de reformas políticas. Todavia, nivelando de algum modo o terreno da manipulação simbólica e ampliando as fontes de comunicação, contribui bastante para a democratização [da sociedade]. A Internet põe os cidadãos em contato por meio de uma ágora pública, através da qual eles podem exprimir suas preocupações e partilhar suas esperanças.

Por meio da Internet se armam relações, estratégias, debates e divulgação das lutas – até mesmo as repressões que os movimentos sofrem. Tudo isso produzido por um viés que não o da mídia tradicional e para muitas pessoas.

Os movimentos sociais estão cada vez mais relacionados com as redes, constituindo-se em organizações virtuais. São formados por redes abertas – o que maximiza a participação e serve de proteção, já que não existem alvos específicos a serem reprimidos por alguma força superior. A Internet, aliada às ações desses grupos, garante que se tenha liderança e coordenação, mesmo não centralizadas. Como assinalou Castells (2013, p. 160): “[...] a conexão em rede como modo de vida do movimento protege-o tanto dos adversários quanto dos próprios perigos internos representados pela burocratização e pela manipulação.”

Com a *Web 2.0* isso se intensificou, como bem assinalou Silva (2009, p. 35): “[...] a *Web 2.0* é uma rede digital que deixa de ser uma simples vitrine de conteúdos multimídia para se tornar uma plataforma aberta, construída sobre uma arquitetura baseada na participação de seus internautas.”

Ela tem a ver com o surgimento de “[...] aplicações mais representativas” (SILVA, 2009, p. 35), ou seja, os cidadãos não apenas consomem conteúdo da Internet, mas passam a produzir também. Um exemplo é o surgimento de redes como o *Facebook*, *YouTube*, *blogs*, *Wikipédia*, *MySpace*, etc. “A *Web 2.0* tem se caracterizado por serviços *on-line* e por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para as interações entre os participantes do processo [...]” (SILVA, 2009, p. 36)

6 CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO BRASILEIRO

Foi em junho de 2013, surpreendentemente uma mobilização em massa tomou as ruas de muitas cidades brasileiras. Nem os próprios representantes do Movimento Passe Livre (MPL) – o grupo responsável pela causa inicial das manifestações – imaginavam que a participação popular seria tão grande. Eles não agiram sós, outros movimentos, como a Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (Anel), o Juntos! e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) são exemplos de alianças que clamaram para o não aumento das tarifas do transporte público na Cidade de São Paulo (NABUCO et al., 2013, p. 32).

Na tarde de quinta-feira, dia 6 de junho de 2013, aconteceu a primeira manifestação em São Paulo organizada pelo Movimento Passe Livre. Jovens ocuparam o Theatro Municipal, no centro da cidade. De início, eram poucas pessoas (em comparação a depois) reivindicando o aumento de 20 centavos na passagem do transporte público (que sofrera reajuste no começo daquele mês). Antes disso, nas cidades de Porto Alegre e Florianópolis, o Movimento Passe Livre já havia organizado manifestações como esta, mas sem muito resultado (CONTI, 2013).

Em um primeiro momento, muitas organizações, grupos, igrejas, etc. nem abriram a boca para falar a respeito do que estava acontecendo, e a imprensa tratou os manifestantes como arrua-ceiros. A polícia saía às ruas para fazer o que eram treinados: caçar bandidagem. Balas de borracha, *spray* de pimenta, gás lacrimogênio e outras armas repressoras foram usadas contra os manifestantes e jornalistas que ali tentavam trabalhar, os quais foram feridos, presos, assistiram algumas injustiças de perto e ficaram perplexos por tamanha violência (CONTI, 2013).

São Paulo, sendo a maior cidade do país, já demandava uma representatividade considerável e houve quatro atos praticamente consecutivos na Cidade organizados pelo Passe Livre. No dia 17 de junho, conhecido como o *Quinto Grande Ato – Uma Cidade Contra o Aumento*, o número de pessoas no Largo da Batata (segundo cálculos alternativos na Internet) somaram 400 mil. E fora de São Paulo, mais de 350 cidades brasileiras aderiram às manifestações, que virou um grande evento

de muitas causas – a copa do mundo, a educação, a corrupção, a democratização da comunicação, a saúde pública, entre outras (REDAÇÃO CAROS AMIGOS, 2013, p. 20; CASTELLS, 2013, p. 178-179).

As pessoas começaram a perceber que havia algo errado, a grande mídia se portava estranhamente, para muitos que ali estavam a cobertura da mídia tradicional era amena, ocultava fatos e tratava todos como vândalos – referindo-se a uma parcela que depredava o patrimônio público e que confrontava os policias. Só que acabavam generalizando os demais, inclusive o Movimento Passe Livre tinha uma orientação pacífica. Muitos repórteres e jornalistas que trabalhavam na cobertura dos eventos saíram lesados ou foram presos. Os manifestantes e observadores apostavam na produção independente de vídeos, fotos, textos, etc. que caía nas redes da Internet para legitimar outra realidade. Desconfianças generalizadas, as autoridades perdiam a credibilidade e mais pessoas saíam às ruas, confirmando presença pelo Facebook e depois ocupando a cidade (ALLEGRI, 2013, p. 28).

E, para finalizarmos, trataremos um estudo de caso para caracterizar o uso dos espaços cibernéticos por ativistas brasileiros, ou melhor, midiativistas a fim de analisar a relação desses atores com os *sites* de redes sociais e uma possível contribuição deles ao movimento.

Por fim que o midiativismo marcou presença nas manifestações brasileiras. Utilizando elementos da mídia tática e as possibilidades da internet, o grupo *Anonymous* se apropriou das redes para praticar a militância virtual e estabelecer uma comunicação horizontal com os cidadãos. Não apenas isso, o grupo ocupou as ruas também, sendo parte integrante desse universo multifacetado dos movimentos sociais nessa “sociedade complexa” (SCHERER-WARREN, 2003).

Essa coletividade ainda envolve muitos mistérios e simbolismos. Sabe-se que suas ações são ligadas aos interesses públicos e, sob o pretexto de defendê-los, eles não hesitam em derrubar páginas na Internet. Mas, ao mesmo tempo, também realizam ações sociais. Nas manifestações brasileiras eles atuaram fortemente; segundo Primi (2013, p. 24): “[...] os hackerativistas reverberaram as ações do Movimento Passe Livre e atuaram na rede, derrubando, por exemplo, o perfil da *Veja* no Twitter, onde se publicavam as velhas ideias reacionárias.” Mas eles não são apenas “hackers”, esta é uma das armas do grupo apenas.

O grupo criou um *site* de rede social próprio, chamado *AnonySocial*. Lá, quem desejar, cria um perfil, publica fotos, vídeos, eventos, monta fóruns, algo muito semelhante ao Facebook, mas com intenções mais específicas e ligadas à causas sociais. Nessa rede pode-se utilizar perfis sem identificação, e já encontramos alguns anúncios de patrocinadores na página. Segundo informações retiradas do *site*: “[...] a Anony Social é uma rede social criada a partir de iniciativa privada, ela foi criada com a intenção de ter um lugar onde todos pudessem compartilhar seus ideais sem ter nenhum tipo de controle do governo ou censura, como acontece em outras redes sociais.” (EQUIPE ANONBRNEWS, 2013).

Castells (2013, p. 11) contribuiu sobre esse tipo de ação de empoderamento dos cidadãos sobre as ferramentas digitais:

A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança. O processo de construção de significado caracteriza-se por um grande volume de diversidade. Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estrutura criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia.

Figura 1 – Página do site de rede social *AnonySocial*.



Fonte: Equipe AnonySocial (2013).

A criação e o uso de uma rede social própria é uma possibilidade de comunicação horizontal alcançada graças à Internet. Lá é possível trocar ideias e debater livremente os assuntos de interesse, muito diferentemente do que ocorre com a mídia tradicional. Nesse sentido, Castells (2013) entende os movimentos sociais atuais como organizações capazes de exercer um contrapoder, possibilitado pelo uso dessas redes. Ele assim argumentou:

Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas da mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. (CASTELLS, 2013, p. 14).

Esse é o maior ganho no uso da Internet pelos movimentos sociais, a via alternativa de comunicação, de produção de informação.

Retomando a mídia tática, vale observar que ela não se limita à Internet, sendo muito mais abrangente do que imaginamos. Vale de tudo na sociedade em rede, para Lovink (2011), o que os “fazedores de mídia tática” não fazem é ficar aquém das possibilidades midiáticas ou iludidos quanto ao mito da salvação *on-line*.

Com muita facilidade, a energia dos fazedores de mídia tática se perde no interior desse emaranhado chamado Internet, um lugar que todos amamos detestar. É bastante tentador se perder ali, acreditando que a Internet é a “mídia que acaba com todas as mídias”. O que os fazedores de mídia tática têm feito é justamente desencorajar grandes expectativas em torno do grande potencial libertador de todas as tecnologias, sejam elas velhas ou novas, ao mesmo tempo em que não se deixam capturar na armadilha do pessimismo cultural. Ao contrário, buscam-se maneiras de conectar o banal com o exclusivo, o “popular” com a “alta arte”, o “lixo comum” com as grifes mais luxuosas e caras. Em termos técnicos, isso significa encontrar meios de conectar, retransmitir, desconectar – e tornar a conectar – um verdadeiro manancial de frequências de rádios piratas, vídeo arte, animação, redes sem fio, jogos, *jam sessions* musicais, cultura xerox, performances, robótica aplicada à educação, filmagens, grafitegem de rua e (não esquecer!) códigos de computação. (LOVINK, 2011, p. 281, grifo do autor).

Esse grupo faz parte de uma das facetas do movimento brasileiro. Sua atuação foi marcante. Isso confirma o quanto os movimentos sociais são complexos e se formam por emaranhados de redes, independentemente de serem livres, autônomas, partidárias, apartidárias, conglomerados, blocos, organizações, associações, agremiações, ONGs ou Fóruns, são redes. Redes sociais, de esperança, indignação, redes da sociedade civil que desejam simplesmente serem ouvidas e que para isso se apropriam cada vez mais das ferramentas que possuem.

7 CONCLUSÃO

O que concluímos é o quanto esses atores sociais vêm se apoderando à maneira que podem das redes, em especial as cibernéticas, para atuar nas causas que julgam importantes para a sociedade. Como vimos, saber de que lado eles estão, os líderes desse grupo, como exatamente atuam, não é o que se pretendeu.

O estudo de caso nos trouxe que suas ações estão intimamente ligadas à Internet. Seja no apoio à divulgação de lutas, derrubando *sites*, fortalecendo as ações dos grupos ou adentrando o mundo das ideias dos indivíduos que navegam em seus *sites* de redes sociais. E suas possibilidades foram estendidas após o surgimento da *Web 2.0*. Justamente, os *mass media* estão um tanto desgastados como possibilidade para estes grupos.

Inegavelmente, eles atuaram fortemente na divulgação das lutas e apoiando outros grupos, como o próprio Movimento Passe Livre, no movimento social brasileiro. E são eles parte da multifacetada sociedade civil contemporânea que busca espaço para clamar suas indignações e causas sociais.

Notas Explicativas

¹ Sociedade civil, de acordo com Campbell (1996, p. 717-719): “Trata-se de uma comum no pensamento político europeu até o século XVIII. [...] A sociedade civil era a arena do cidadão politicamente ativo. Também comportava sentido de uma sociedade ‘civilizada’, uma sociedade que ordenava suas relações de acordo com um sistema de leis em vez dos caprichos autocráticos de um déspota. [...] Na segunda metade do século XIX ‘sociedade civil’ caiu em desuso. Coube a Antonio Gramsci, nos escritos compilados como *Cadernos do cárcere* (1929-35), resgatar o conceito na primeira parte desse século. Gramsci, embora retendo uma orientação basicamente marxista, retornou a Hegel para revitalizar o conceito. Na verdade, foi mais longe do que Hegel ao desligar a sociedade civil do econômico e ao enquadrá-la

no estado. A sociedade civil é a parte do estado que se preocupa com a elaboração do consentimento, não com a coerção ou o domínio formal. É a esfera da 'política cultural'. As instituições da sociedade civil são igrejas, escolas, sindicatos e outras organizações através das quais a classe dominante exerce sua hegemonia sobre a sociedade. [...] Nas décadas radicais de 60 e 70, foi o conceito de sociedade civil de Gramsci o favorito dos que tentaram opor-se às estruturas dominantes da sociedade, não pelo confronto político direto, mas travando uma espécie de guerra de guerrilha cultural. Cultura e educação eram as esferas onde a 'hegemonia' seria contestada e extinta. [...] Tal como no século XVIII parecemos sentir uma vez mais a necessidade de definir e distinguir uma esfera da sociedade que esteja separada do estado.

² Alguns artigos e incisos da Constituição Federal regulamentam a comunicação no Brasil, alguns deles são: *Art. 220*. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. [...] § 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. [...] *Art. 221*. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.” (BRASIL, 2003, p. 127-128).

³ Ultimamente muito se tem visto o termo difundido por aí. Ele tem a ver com o uso e a incorporação das mídias por ativistas, por isso, “midiativismo”. É uma estratégia para estender uma ideia, causa, luta, evento e mais uma infinidade de coisas, utilizando as mídias como alicerce. Isso se acentuou ainda mais pós *Web 2.0*, com o uso de *sites* de redes sociais. Como disse Maciel (2012, p. 8), midiativismo está relacionado com uma “ação política fundamentada nas mídias”. Ou, para melhor compreender o surgimento desta terminologia, Maciel (2012, p. 69) afirma: “Nos anos 1990, com a popularização dos computadores pessoais e interface *web* (modo gráfico da Internet), as possibilidades interativas dos tempos ativista do rádio pareciam ser recolocadas com ainda mais convicção. A democratização da comunicação, novamente, voltava a fazer parte dos horizontes dos militantes. A experiência paradigmática desse processo é a formação de uma rede de comunicação produzida por ativistas em luta: a Rede Indymedia ou os Centros de Mídia Independente, organizados globalmente contra os malefícios que a chamada globalização econômica trazia para diversos países do mundo. Foram essas experiências, de acordo com alguns autores, que deram ensejo ao neologismo midiativismo.

REFERÊNCIAS

ALLEGRINI, Gabriela. O gatilho da revolta: repressão policial, velha conhecida das periferias, surpreende ao atingir a classe média. *Caros Amigos*, São Paulo: Casa Amarela, v. 17, n. 196, p. 28-29, jul. 2013.

ANON_SOMBRARJ. **AnonySocial**. Disponível em: <<http://www.anonysocial.com/profile-5685/>>. Acesso em: 21 out. 2013

BRASIL. Constituição. **República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONTI, Mario Sergio. Relâmpago, fagulha e incêndio num fim de outono. *Piauí*, São Paulo, n. 82, jul. 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/esquina/rebeliao>>. Acesso em: 13 out. 2013.

EQUIPE ANONBRNEWS. AnonySocial agora tem banner de anúncio? **AnonySocial**. <<http://www.anonymousbrasil.com/doacoes/banners.html>>. Acesso em: 21 out. 2013

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho A; BIZ, Osvaldo. **Mídia & democracia**. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

GUARESCHI, Pedro A. Mídia e cidadania. In: TRASFERETTI, José (Org.). **Filosofia, ética e mídia**. São Paulo: Alínea, 2007.

HERZ, Daniel; OSÓRIO, Pedro Luiz; GÖRGEN, James. Quem são os Donos. **Carta Capital**, São Paulo, ano 8, n. 179, p. 17-19, 2002. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/media/documentos/DonosCarta.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

IANNI, Octavio. A política mudou de lugar. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 3-7, jul./set. 1997. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=2069>>. Acesso em: 07 set. 2013.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LOVINK, Geert. Atualizando a mídia tática. Estratégias de midiativismo. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MACIEL, Danielle Edite Ferreira. **Midiativismo: entre a democratização e a assimilação capitalista**. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da comunicação – Interfaces sociais da comunicação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NABUCO, Aray et al. A tarefa é fortalecer as lutas sociais: jovens que organizaram os atos pelo passe livre falam sobre as maiores manifestações vistas no país. **Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, v. 17, n. 196, p. 32-36, jul. 2013.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sergio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 61-83, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16101.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2013.

PRIMI, Lilian. A rede é para todos: Manifestações nas ruas retraram os *feeds* das redes sociais em que se junta o falso e o real, o progressista e o reaçã. **Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, v. 17, n. 196, p. 24-25, jul. 2013.

REDAÇÃO CAROS AMIGOS. Das redes às ruas: protestos iniciados pelo Passe Livre são retrato do novo ativismo que tem na *web* uma de suas ferramentas. **Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, v. 17, n. 196, p. 20-21, jul. 2013.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. **Política e Trabalho**, Paraíba, n. 19, p. 29-37, out. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6501/4066>>. Acesso em: 07 set. 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, n. 21, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007>. Acesso em: 07 set. 2013.

SILVA, Michelle Sprandel da. **Webmarketing**: processos interativos no site Barbie.com. Florianópolis: Insular, 2009.

TECHTUDO. Anonymous. **Techtudo**. <<http://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/anonymous.html>>. Acesso em: 18 out. 2013.

VALENTE, Rubens; MAGALHÃES, João Carlos. 'Anonymous' lidera ativismo digital nos protestos, diz estudo. **Folha de São Paulo**, jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1310892-anonymous-lidera-ativismo-digital-nos-protestos-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 18 out. 2013.

WIKIPEDIA. Anonymous. **Wikipedia**. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Anonymous>>. Acesso em: 18 out. 2013.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

